

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Classes, Desigualdades e Políticas Públicas****“Crises sociais em tempos de conflito – a sociedade moncorvense na 1ª Grande
Guerra”****REIS, José Pedro Maia; Doutorando em Estudos Contemporâneos –
Universidade de Coimbra; josepedroreis88@gmail.com****Resumo**

No espaço temporal entre 1914 - 1918 decorreu a Primeira Guerra Mundial que teria fortes impactos para a população portuguesa. Uma economia com défice de crescimento quando comparada com as restantes economias europeias iria debater-se com grandes dificuldades que se tornariam evidentes num curto espaço de tempo que também se iriam estender a outros campos, nomeadamente o campo social e igualmente ao campo político. Na região do interior de Portugal, concretamente neste estudo no distrito de Bragança o cenário social seria cada vez mais complexo com o continuar do conflito sem termo à vista, agravando-se com a ausência de respostas do poder central para os problemas elementares da sua comunidade como é a questão da sua simples sobrevivência, iria obviamente fazer aumentar a tensão social. Os elementos das classes sociais mais baixas economicamente rapidamente iriam demonstrar o seu descontentamento em múltiplas manifestações, terminando algumas delas em desordem que iriam perturbar a ordem pública e a respetiva normalidade social, económica e política. Atendendo ao que foi referido anteriormente é importante escrutinar este cenário, perceber quais eram as "alavancas" que movimentavam as pessoas para aquele tipo de comportamento, como também os elementos que as faziam agrupar de forma mais ou menos espontânea para a realização de diversas atividades de contestação. Os períodos de contestação são sempre períodos de mutação na sociedade que provocam alterações profundas sem paralelismo com o que se registava até aquele momento. Por último, fundamentalmente com esta comunicação pretendem-se escrutinar as mudanças sociais que ocorreram naquele período conturbado da sociedade, sobretudo numa análise micro da sociedade que normalmente fica alheada do escrutínio das ciências sociais.

Palavras-chave: Torre de Moncorvo; Crise Social; 1ª Guerra Mundial; instabilidade

Introdução

A presente comunicação pretende perscrutar como o seu próprio título indica, os impactos sociais da Iª Grande Guerra em território moncorvense.

A concretização deste estudo, num primeiro momento obriga a que seja realizada uma breve explicação sobre alguns tópicos relativos aquele território, particularmente o número de habitantes, a sua dimensão geográfica e até mesmo o seu tecido económico, as suas especialidades como também na ocupação da sua capacidade de trabalho.

A dimensão da sua área geográfica empurra-o para a lista dos 50 maiores concelhos do país e demograficamente na época em estudo tinha uma população de aproximadamente dezena e meia de milhar de habitantes.

Uma das motivações para a materialização deste estudo é fundamentalmente relacionada com o afastamento de Moncorvo das principais correntes historiográficas contemporâneas, replicando esse isolamento não somente na geografia como também nas ciências sociais, embora, existe um permanente esforço das autoridades locais para reverter este cenário.

Relativamente à historiografia, os estudos sobre este conflito bélico centram-se sobretudo na análise dos fatores políticos, culturais e diplomacia (Ferraz, 2020).

Ingressando no campo de uma outra ciência social, especialmente a psicologia poderemos referir a hierarquia de necessidades de Maslow que define a fisiologia, mais concretamente, o garante da comida como a necessidade base do ser humano. Não conseguindo realizar os vários patamares previamente necessários não irá avançar na pirâmide das suas necessidades.

Analisando o parágrafo anterior, a alimentação é a base para o comum cidadão, reforçando de forma evidente a importância deste estudo que procurará perceber como serão suprimidas as necessidades alimentares numa época de extremos em consequência do decorrer de um conflito bélico.

Refletindo a ser sobre um território em específico, a prevalência das fontes documentais a utilizar serão conseguidas no seu arquivo municipal, até porque, não faria sentido dar primazia a outro meio de recolha de informações.

Uma tentativa de valorização histórica de um território que se encontra um pouco afastado geográfica e politicamente dos principais centros decisórios económicos, políticos e até mesmo culturais.

O ânimo para quebrar a hegemonia historiográfica dos estudos sobre este período da história, relativamente a territórios próximos do centro de poder é um dos motivos para a concretização deste estudo, como igualmente a utilização das referidas fontes.

Apesar de tudo que foi enumerado anteriormente as preocupações com o cenário social e económico foram constantes nos agentes governativos, com Almeida Lima, Ministro do Fomento a 3 de agosto de 1918 a perceber que aconteceria vários problemas relacionados com produtos alimentares, inclusivamente iria proibir a exportação de cereais e outros géneros de primeira necessidade (Pires, 2011, p.311).

Porém, conforme será explanado nos capítulos seguintes, essas medidas serão efémeras ou com pouco efeito na prática demonstrando a dificuldade do poder político em abranger os territórios da periferia.

O panorama social e económico

Num primeiro momento para a concretização da reflexão sobre a história e a sociedade moncorvense, deverá ser concretizado uma análise do cenário económico e social deste território naquele momento da história.

Todavia, numa análise mais genérica, nomeadamente a nível nacional, o verão de 1914 os elementos da sociedade estava a viver num clima de tensão, a incerteza relativamente ao futuro, uma guerra que poderia estar mais próxima do que aquilo que os elementos da comunidade julgavam, aliada à falta de soluções para os problemas do país que eram cada vez mais intensos, colocando em causa a própria existência do regime (Pires, 2011. p.319).

A perceção da dimensão da sociedade é elementar para compreender a extensão dos seus problemas, quer sejam sociais, ou então económicos.

No intuito de compreender e aprofundar o elemento referido no parágrafo precedente, os almanaques são excelentes fontes de informação para recolher importantes elementos para responder a essa problemática.

O concelho de Torre de Moncorvo tinha naquele momento da história sensivelmente 15 mil habitantes e era indispensável perceber no momento seguinte como se compunha o seu tecido económico.

Os elementos com poucos recursos económicos nas fontes consultadas eram supramencionados apenas como meros números, sendo a informação sobre os mesmos escassas, sendo que no inverso da pirâmide financeira, numa análise sumária é facilmente perceptível a existência de 15 elementos capitalistas, entre eles: Adriano José

Lopes Antunes, António José Madeira, Augusto César Lopes Antunes, entre outros (Almanaque 1914, vol.2 p.2207).

Numa investigação sucinta dos dados recolhidos por um inquérito concretizado pelo Governo Civil de Bragança por pedido do Governo em 1915 é de fácil observação que os agricultores eram em número de 3000, enquanto outros setores de atividade profissionais, tais como industriais e comerciantes eram em número pouco superior aos 100 sendo por último, os empregados do Estado 14 elementos (Arquivo Distrital de Bragança, Governo Civil, Caixa 63).

Assim, perante o que nos é facultado é possível de afirmar o frágil tecido económico/social daquela comunidade, que se refletia obviamente nas atividades económicas que eram igualmente bastante limitadas.

A atividade económica daquele concelho não sentia um intenso pulso de ação dos privados, mas, sim de ação de organismos públicos.

A generalidade dos elementos com capital financeiro de relevo estavam localizados na sua sede de concelho, com a exceção de Carviçais que se ia destacando como importante polo de desenvolvimento comercial.

A localização geográfica de Carviçais era um importante aliado para o seu desenvolvimento, devido a estar circunscrita ao término da Linha do Sabor que harmonizava o surgimento de excelentes oportunidades de negócio.

As atividades económicas naquela freguesia deviam envolver vários elementos externos à região, atendendo que nos seus limites geográficos subsistiam inclusivamente hospedarias, como igualmente vários negociantes (Almanaque 1914, vol.2, p.2209). A possibilidade de ser materializadas negociações com vários capitalistas de diferentes regiões do país, podendo a sua estação ferroviária funcionar como um importante entreposto.

O pulsar da sua atividade económica, poderá ser medido por outras razões, especialmente a realização de feiras que aconteciam em diversas localidades do seu município que era desde a sede de concelho, até mesmo Carviçais, ou Felgar, mesmo em Urros como igualmente no Castedo. Uma cobertura geográfica que chegava a todo o território e não se centrava apenas num curto espaço geográfico.

A realização de uma feira no Castedo, não deixa de ser surpreendente porque esse território tinha apenas cinco centenas de habitantes e a sua localização geográfica era bastante afastada da sede de concelho quando comparado com as outras freguesias,

embora, as referências documentais sobre este seu território em documentos do passado eram inúmeras.

Numa análise sumária dos seus polos económicos e igualmente do retrato social económico, como também da relação entre o poder económico privado e público, deve ser aludido obrigatoriamente que a atividade económica deste território era provocada pelo setor agrícola.

Os negociantes de azeite e cereais eram vários naquele território, como também os produtores de outros produtos agrícolas, atestando o que é narrado anteriormente.

Porém, existiram alguns negócios de outros setores que tentaram surgir para diferenciar o setor e o cenário económico, não ignorando que em 1916 para o estudo da sociedade iria surgir a Sociedade de Consumo a “Moncoversense” (Almanaque 1916, vol.2, p.3075).

O surgimento de uma sociedade de consumo é um sinal evidente da união de alguns elementos da comunidade que procuravam através da venda de certo e determinado tipo de produtos, trazer alguma acalmia e normalidade social.

Relativamente ao prévio anúncio do esforço de diversificação do tecido económico, com os espirros de tentativa de industrialização, possível enumerar como exemplo dessa situação, o surgimento de uma fábrica de moagem em 1917 que era pertença de Albano Augusto Cordeiro, como igualmente em Felgar, uma fábrica de cobertores e fiação e por último em Felgueiras um fabricante de cera (Almanaque 1917, pp.3136 – 3137).

Os intentos de investimento em unidades industriais não passaram aparentemente daqueles dois projetos referidos precedentemente, algo tímido para um território com potencial de transformação de produtos agrícolas, mas que tardavam em surgir esses investimentos.

Assistimos nos quatros anos em estudo de forma sumária a poucas mudanças no tecido económico do município, quaisquer negócios foram surgindo semelhante foi enumerado, mas, a nível industrial era evidente um atraso crónico em que unicamente surgiu as mencionadas unidades industriais, enquanto uma delas seria sumariamente apenas uma pequena oficina.

Apoios governamentais

O Governo atendendo às enormes possibilidades que poderiam ser retiradas da ação dos seus membros eram inúmeras as putativas soluções, não podendo desconhecer o

alheamento dos seus elementos de toda aquela situação. Se considerarmos que a 10 de agosto de 1914 era permitida pelo Ministro da Justiça Eduardo Monteiro várias penalidades para quem elevasse os preços dos géneros de primeira necessidade (Pires, 2011, p.322).

Uma medida claramente preventiva, tentava-se estorvar o aumento dos preços, trazer tranquilidade para os mercados e garantir o normal abastecimento dos mercados, mas, essencialmente garantir que os cidadãos mantinham o seu poder de compra.

Obviamente que com o evoluir da situação nos meses seguintes, as soluções poderiam ser encontradas através da adaptação de outras possíveis resoluções e com naturalidade isso aconteceria.

No mês de outubro de 1914, os apoios do Governo eram de injetar financiamento nos vários municípios e transversalmente desses mesmos financiamentos concretizar diversos investimentos de capital.

Porém, este tipo de auxílios do Governo, não passava de ideias considerando que após a análise da correspondência expedida das autoridades existia um marasmo em Moncorvo relativamente a esses apoios:

“A Comissão executiva da Câmara Municipal de Moncorvo sabendo que o governo contraiu um empréstimo de 1.000.000\$00 para atenuar quanto possível a enorme crise de trabalho que está afligindo o norte do país e sabendo que já se distribuíram fundos desse capital por vários concelhos do distrito de Bragança, sem nada pertencer a este de Moncorvo [...] Está pobre e os seus proprietários arruinados, não produzindo por isso ou trabalhando aos jornaleiros que senão acudir com outros trabalhos públicos [...]” (Atas das Sessões da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 12.10.1914 - PT/CMTM/BA/0202/00112)

Um tratamento discriminatório, tardando a chegar as verbas prometidas, como também a concretização de importantes investimentos públicos que poderiam ajudar a dinamizar a sua economia e obviamente se não solucionasse pelo menos atenuava a crise económica e social.

Atendendo que as soluções tardavam em acontecer, obviamente que a preocupação por resoluções encaminhava para o surgimento de medidas adotadas pelo poder local, tomando os seus intervenientes a referida iniciativa quando ainda estava o conflito nos seus meados:

“O regedor da freguesia de Carviçais deste concelho em posse de quem estava aqui ou senha de número da pequena velocidade de Carviçais a Amarante,

constante de 86 sacos com trigo e um atado de sacos vazios, deixou-a extraviar, razão a qual que não lhe fomos remeter. Contudo, alguma primeira haverá remediar parte deste mal e o meio entepor no sentido de ordenar que por de direito e justiça, nasceu toda a influência qua aquela remessa seja quanto antes despachada para Moncorvo à consideração da Câmara Municipal pois a falta daquele cereal é absoluta e receito alterações da ordem pública. A Câmara Municipal para evitar aquela alteração da ordem pública e beneficiar os seus munícipes, está se a sacrificar-se a tornar a sua conta e outros cereais que pode obter sem lucro algum, somente para que o povo não tenha faltas e se mantenha na ordem até as novas colheitas.” (Correspondência expedida da Administração da Câmara Municipal de Moncorvo, 15.04.1916, PT/AH/AC/AA/001/029).

Assistimos no parágrafo anterior a um empenho para que pelo menos o cereal não faltasse nos mercados que os fluxos de abastecimento fossem garantidos, permitindo até a exportação dos mesmos, mas, sem prejudicar os seus fregueses.

Um importante apontamento deve ser materializado a preocupação de que no futuro não faltassem os alimentos porque poderia se tornar ainda mais grave a situação social.

Todavia, apesar dos esforços os géneros de primeira necessidade acabariam por faltar no mercado, particularmente batata, feijão, centeio e ovos por virtude de andarem a ser exportados em grande escala para o Porto e outras localidades (Arquivo Distrital de Bragança, Governo Civil de Bragança – correspondência recebida, caixa 063, maço 0240).

Medidas de mitigação

Atendendo a tudo que foi explicado anteriormente, na carência de respostas do poder central, o poder local teria de assumir as rédeas da resolução dos problemas e com naturalidade sugeriram equipamentos de abastecimento de produtos alimentares que tinham o supramencionado repósito de provocar a acalmia social.

Referiu-se as trocas de missivas, para no patamar seguinte, alguns meses passados ser adotado o seguinte procedimento:

“A requisição de tornar o preço dos cereais a modo de tornar uniforme em todo o distrito, é uma maneira de abastecer os celeiros, resolvendo-se a forma de evitar que sejam reacusadas as requisições de cereal. Obter do estado que os celeiros sejam abastecidos de ferro, aço, bacalhau, arroz, assucar e outros

produtos de maioríssimas necessidades por preços bastantes baixos de modo a formular as condições de comprar os sacríficos que estes são impostos só assim conseguirá ganhar o celeiro a simpatia de todos”. Atas das Sessões da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 22.09.1918 - PT/CMTM/BA/0202/00112).

Rapidamente nos apercebemos que a simples preocupação é suplantada pela concretização de vários celeiros, o chamado passar a prática, mas, a relação entre as medidas de mitigação e o surgimento dos celeiros foi apenas o último passo de uma caminhada longa.

Anteriormente foram vários os momentos em que as autoridades municipais tentaram distribuir alimentos pela população e assim tentar evitar a carência desses mesmos produtos.

Nos dias anteriores à inauguração do celeiro municipal era publicado um edital num dos locais centrais da localidade, afirmando que José Manuel de Campos iria fazer distribuir pela população cerca de 800 quilos de açúcar em que futuramente através de senhas de 500 a 250 gramas pelo agregado familiar, conforme a dimensão do mesmo (Copiador de Editais, 24.08.1914 - PT/AH/CM/BA7003/001/001).

Uma das medidas de mitigação colocada em prática foi a proximidade com as instituições de solidariedade social existentes no território, com o Governador Civil em 1915 a tentar indagar os consumos de produtos alimentares naquele território, nomeadamente do açúcar, através daquelas instituições.

As informações que foram prestadas foram as seguintes:

“Sobre o assunto do officio da 2 repartição do governo civil de 22 do presente mês informo que todos os estabelecimentos de beneficência existente neste concelho só a cooperativa moncorvense gasta assucar em grandes quantidades, 2 consome a cooperativa anualmente 4500 quilogramas de assucar refinado de 1 e 1200 pele e 600 mascavado, 3º precisa até ao fim do ano de 3375 quilogramas de assucar refinado, 200 de pile e 450 do mascavado. 4º carece para já de 375 quilogramas de assucar refinado e 100 de pile e 100 de mascavado”. – (Correspondência Expedida da Administração do Concelho de Moncorvo” - PT/AH/AC/AA/001/028)”

Relativamente às instituições de cariz social devemos expor a existência de comissões locais de subsistências que reuniam periodicamente, e apesar da modéstia dos seus pareceres, não deixavam de dar indicações ao Governo acerca do trabalho que

atentava o necessário para concretizar o abastecimento e armazenagem dos produtos alimentares (Pires, 2011, p.326).

As comissões locais de subsistências eram um caminho para reduzir o aparelho burocrático do Estado e era o empenho em estimular a regulação dos preços dos géneros de primeira necessidade numa escala micro (Pires, 2011, p.330).

Na prática assistimos a uma organização política pensada por localidade ou comunidade e não em termos nacionais, o que seria expectável de ocorrer se considerarmos a dificuldade de comunicação e também de organização dos atores políticos nacionais.

Alterações na ordem pública e criminalidade

Os tumultos de forma geral na baliza cronológica em estudo, os problemas de ordem pública começavam pela falta prolongada ou excessiva do encarecimento de produtos de primeira necessidade e até aos tumultos era gradual. Apelava-se num primeiro momento à sua existência nos mercados, para posteriormente exigirem medidas rigorosas contra a fraude, açambarcamento, etc. (Carvalho, 2011).

A instabilidade social no concelho de Torre de Moncorvo em determinados momentos iria resultar em graves conflitos físicos na via pública, causando perturbação na ordem pública que com maior ou menor dificuldade foi sendo resolvido pelos operacionais das forças policiais.

Algumas das atividades dos elementos das forças policiais estão espelhadas no próximo excerto:

“A necessidade de proceder à fiscalização dos armazéns de cereais dos produtores, para manifestamente verificar das suas declarações e sendo preciso para este fim o envio da guarda nacional republicana para com a sua presença conterem esse respeito a maioria do povo que há tempo a esta parte o povo tem estado inquieto e sendo necessário requisitar elementos ao comandante da Guarda Nacional Republicana”. – (Atas do Celeiro Municipal, 29.08.1918 - AH/DIV/Celeiro/1/1).

Relativamente aos operacionais das forças de segurança, no cruzamento de várias fontes de informação além dos documentos presentes no seu arquivo municipal, no indagar por mais informações, no Arquivo Distrital de Bragança os documentos presentes naquele arquivo espelhavam que eram evidentes os sinais de tensão um pouco

por todo o distrito e o reduzido efetivo das forças de segurança aparentava não ser bastante para conseguir resolver toda aquelas situações.

A Guarda Nacional Republicana no distrito de Bragança, pertencia ao VIº Batalhão que era sediado em Braga e tinha sobretudo funções de patrulhamento rural que se fixavam em alguns postos que tinham desde: dois, quatro ou seis soldados para realizarem as diversas tarefas (Cerezales, 2011). Evidentemente que dois elementos é um número que na prática é nulo, isto porque algo rudimentar como proteger as instalações tem de ser realizado, restando unicamente um elemento para o serviço.

Numa análise mais global dos acontecimentos violentos é possível perceber que entre 1910 e 1917 em Portugal, foram apontados 318 de ações de resistência relacionada com as subsistências, sendo que apenas 25 eram provocadas por apropriação de bens públicos (Carvalho, 2011).

Contudo, nas semanas anteriores os acontecimentos violentos referidos anteriormente eram uma realidade em território moncorvense, sendo inclusivamente transversal aos vários anos de conflito e alguns com bastante gravidade, especialmente a ocupação e destruição de património público, etc.:

“Confirmo as minhas informações de meu telegrama de 5 do corrente mês e afirmo o que afirmei no telegrama de 6, pois que, embora o posto da guarda republicana esteja no seu máximo efetivo, tenho como certa a sublevação do povo talvez para muitos breves dias. O operariado quer no trabalho quer nos dias de descanso, não se esconde de manifestar as suas intenções bélicas por motivo da carestia de vida, e assim, é de prever que graves acontecimentos se pronunciem e d`eles resultam prejuízos materiais incalculáveis e até perdas de algumas vidas. Já será difícil manter em ordem um povo amotinado e cheio de fome com os 10 guardas que o posto da guarda se compõem, e impossível se torna manter uma ordem estando atualmente ao serviço 3 guardas e estes fazendo ainda serviço geral, acontecendo ficar aqui muitas vezes um só soldado para todo o serviço! O Posto atualmente nem sargento tem, e também não é necessário, visto não ter homens que comandar. Na presente conjuntura, ninguém pode tornar sobre si a responsabilidade da manutenção da ordem pública e se ela for alterada, como se espera de momento para momento, não se poderão impressivos ataques à propriedade pública e particular e a anarquia caminhará imponentemente em todo o concelho. Togo a v.ex.^a. mais uma vez que se digne a esforçar-se por que o posto da guarda desta vila seja mantido em todo o seu efeito e até reforçado

com mais 4 ou 6 guardas, a fim de ficar habilitado a poder contraria quaisquer movimentos desta natureza provêm-se o meu aquilo não consentido, meu ou visto como merece, não tornar as responsabilidades pelas consequências que possam advir” – (Correspondência expedida da Administração do Concelho de Moncorvo, 16.07.1918, PT/AH/AC/AA/001/032)

As autoridades distritais preocupavam-se com a situação de Moncorvo e era referido que os elementos da guarda republicana eram impotentes, em virtude do reduzido efetivo que estavam disponíveis sendo indispensável reforçar aquela esquadra (Arquivo Distrital de Bragança - PT/ADBGC/AC/GCBGC/ADG-EX/012-3/0172)

As próprias autoridades estavam com dificuldades em se adaptar aos novos tempos, estava o país em guerra, muitos dos elementos militares estavam a ser encaminhados para o conflito e restavam os civis para a concretização das funções policiais única e exclusivamente na GNR em que na maioria das situações que era necessário a intervenção destes elementos (Cerezales, 2011).

A criminalidade igualmente terá sofrido um aumento quando comparado com os anos anteriores, uma afirmação sustentada no surgimento de várias notícias na correspondência expedida pela Administração Municipal para vários órgãos administrativos e criminais.

“Relativamente à comunicação com os tribunais, na consulta de vários processos do tribunal local, existem referências para os acontecimentos no dia 7 de janeiro de 1917, como o epicentro da violência na localidade, como atesta a informação contida no documento: “o povo invadiu a estação e suas dependências às 11 e trinta minutos tomando de assalto o gabinete telegráfico rodear os funcionários, pois que perigava a circulação dos comboios, um dos amotinados lançou a mão ao fio da linha desligando-o. Para que estivesse entrado neste gabinete o secretario da administração do concelho, para conhecer os assaltantes de que nada tinha serviço telegráfico com o que eu desesperava a violência, aumentou neste momento particular os vidros das portas, entrada busca e eu massa dos assaltos. A chegada do mesmo comboio, arrombaram os vagões para se apoderarem desses os cereais que lhe constava viverem neste comboio, não o fazendo por não o encontrarem.” (Arquivo Tribunal de Torre de Moncorvo, maço 42, Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo).

Alguns dias depois iria ter réplica na freguesia vizinha de Felgar, com novos ataques a instalações ferroviárias, como atesta novo processo no tribunal local:

“Assaltada a estação pelo povo da mesma freguesia, armado de espetos machados e paus, tentando retirar da estação um saco batatas que ali permanecia para despacho a expedir ao que me opus auxiliada pelo praticamente destes caminhos de ferros e guarda agulhas no mesmo tempo que outro grupo fazia rolar por cima do cais descoberto um meio casco com azeite que ali existia também, vendo porém que havia oposição da parte do pessoal da estação, retiraram-se em direção aos sinos da freguesia, tocando-os a rebate com o intuito de juntar mais gente a fim de darem um novo assalto mais vigoroso, tendo que se reclamara a sua intervenção da força pública para manter a ordem.” (Arquivo do Tribunal de Torre de Moncorvo, maço 42, Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo).

Velozmente é possível de perceber o efeito em cadeia nas ações dos locais que realizavam ações semelhantes em vários pontos do concelho. Sendo que, para as autoridades era um fenómeno extremamente complexo de evitar porque as ações dos populares pareciam ser provocadas por vontade do coletivo e não com um elemento que orientasse a multidão.

A tentativa para evitar estes conflitos, passaria pela possibilidade de existirem informadores que inclusivamente eram pagos para realizarem esse serviço (Cerezales, 2011).

Numa fase prematura do conflito as respetivas missivas eram envidadas relativamente aos furtos:

“Um proprietário no Souto da Velha queixando-se que lhes tinham roubado uma porção de centeio enviando uma patrulha que possui na dita freguesia. Como suspeitasse o queixoso de que roubo havia sido cometido por outro habitante daquela freguesia, numa busca em sua casa, terá sido encontrado e apreendido cento e seis litros e quadro decilitros de centeio em grão, que ficou depositado em casa do regedor da mesma frequência, o qual tomou parte também na busca. Na altura da busca não soube explicar a origem daquele alimento” (Correspondência expedida da Administração do Concelho de Moncorvo, 23.11.1914, PT/AH/AC/AA/001/028)

As notícias de assaltos iam-se tornando cada vez mais frequentes e nessas ocorrências os bens roubados eram sobretudo produtos alimentares como atesta este exemplo:

“Dr. Juiz da Comarca de Moncorvo, informa que um individuo natural da freguesia de Quintela, concelho de Bragança que acaba de me ser entregue pelo regedor da freguesia de Larinho. O preso foi capturado em flagrante delito a furtar farinha e outros objetos de casa.” (Correspondência expedida da Administração do Concelho de Moncorvo, 16.01.1916 PT/AH/AC/AA/001/029)

Seguiram-me que muitos dos assaltos ocorreram, mas, por razões várias não eram declarados às autoridades, ou por falta de respostas positivas na resolução do delito, como até possivelmente por ser algo corriqueiro na vivência diária.

Conclusão

Num primeiro momento, no escrutínio das informações que foram descritas nas páginas precedentes é visível a situação caótica que se viveu neste território. Os acontecimentos nefastos não somente em termos sociais, como igualmente em termos económicos foram constantes.

Poderia analisar somente o cenário social, mas, os acontecimentos sociais ocorreram devido a várias condicionantes, algumas delas económicas, sendo essa a justificação para o alongar da análise materializada nas páginas anteriores para as vertentes da economia e também da política.

Uma das principais ilações que poderemos retirar de todo este estudo é o crescente interesse do poder político na indagação de soluções como igualmente no patamar seguinte a verificação do mesmo na sua aplicabilidade.

Os elementos da sociedade com o passar dos meses no decorrer do conflito estavam cada vez mais impacientes, como foi possível de perceber e passaram a ter uma atitude mais aguerrida com vários confrontos com as autoridades.

Os saques foram acontecendo, as agressões igualmente, na realidade, o espaço para a tolerância era cada vez menor, fruto possivelmente da intolerância social que se fazia sentir no ambiente moncorvense.

Assistimos a uma degradação da sociedade conforme foi descrito anteriormente em que o comportamento de saqueadores era comparado a uma quebra na economia moral que tentava estar presente nos primeiros protestos da crise das subsistências. O próprio

ditador Oliveira Salazar iria referir-se a esta situação como a falta de laços de solidariedade e de espírito nacional em Portugal (Cerezales, 2011).

Em suma, perante o que é exposto no parágrafo anterior é visível que as pessoas deixaram fundamentalmente de pensar no coletivo, para ativarem o seu modo de sobrevivência e dando predileção por razões óbvias ao individualismo.

No decorrer dos anos em que deflagrou o conflito, o poder local esteve cada vez mais presente, substituindo até os privados no esforço de tentar normalizar os mercados de produtos alimentares e no patamar seguinte trazer a esperada paz social, como se atesta nos vários editais publicados entre agosto e novembro de 1918 que se confirma na preocupação de através do sistema de senhas abastecer as famílias e os seus elementos com mais problemas económicos da localidade (Copiador de Editais - PT/AH/CM/BA7003/001/001)

Se refletirmos apenas sobre os argumentos relatados nestas páginas, possível pensar que as soluções não passaram pela sociedade civil, concretizando um rápido esboço de inquirição histórica, facilmente se justifica esse cenário no facto que as autoridades comunicavam à Secretaria de Estado da Estatística da Agricultura que não havia nenhuma associação de classe naquele território (Correspondência Expedida da Administração do Concelho de Moncorvo 24.10.1919. PT/AH/AC/AA/001/032)

Na ausência de respostas na própria sociedade, evidentemente que as respostas aos problemas da sociedade tinham de ser encaminhadas para o poder político local que com maior ou menor dificuldade foi conseguindo atenuar ou extinguir os vários problemas que enfrentavam os seus municípios.

As autoridades políticas reconheciam que a situação era grave no país, porém, alegavam que os efeitos seriam incomportáveis se Portugal não tivesse participado no conflito, ficando presente no pensamento dos atores políticos que era indispensável dinamizar a nossa economia, através de intensificação da produção agrícola (Pires, 2011, p.337).

As ideias existiam para melhorar o cenário económico, mas, em termos sociais as putativas soluções eram poucas ou nenhuma, a resposta das autoridades eram cada vez mais elementos policiais, atitudes repressivas e com pouco ou nada de tolerantes e dialogantes.

Por último, a perceção da falta de uma política real para os assuntos sociais em que o cidadão menos favorecido economicamente, estava sem alternativas para o seu futuro como fundamentalmente na sua atualidade.

Bibliografia:

Manuscritos:

Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo:

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -
PT/CMTM/BA/0202/00112

Copiador de Editais- PT/AH/CM/BA7003/001/001

Correspondência expedida da Administração da Câmara Municipal de Moncorvo,
15.04.1916, PT/AH/AC/AA/001/029

Correspondência Expedida da Administração do Concelho de Moncorvo” -
PT/AH/AC/AA/001/028

Correspondência expedida da Administração do Concelho de Moncorvo, 16.07.1918,
PT/AH/AC/AA/001/032

Atas do Celeiro Municipal, 29.08.1918 - AH/DIV/Celeiro/1/1

Arquivo Tribunal de Torre de Moncorvo, maço 42

Arquivo Distrital de Bragança:

PT/ADBGC/AC/GCBGC/ADG-EX/012-3/0172 – Arquivo Distrital de Bragança –
Administração Central Desconcentrada – Governador Civil de Bragança –
Copiador de Correspondência

Fundo do Governo Civil - Correspondência recebida, caixa 063, maço 0240).

Bibliografia:

Pires, Ana Paula (2011); A economia de guerra: a frente interna *in* História da Primeira
República Portuguesa. Coord: Rosas, Fernando; Rollo, Maria Fernando. Lisboa:
Edições Tinta da China, pp.319 – 348.

Carvalho, David Luna (2011); Os levantes da República (1910-1917) Resistência à
laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República
Portuguesa. Porto.

Cerezales, Diego Palácio (2011); Portugal à Coronhada: Protesto Popular e Ordem
Pública nos Séculos XIX e XX. Lisboa.

Ferraz, Ricardo (2020); Grande Guerra e Guerra Colonial – Custos para os Cofres
Portugueses. Lisboa